

Um Modelo de Auditoria Social

Andson Braga De Aguiar

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo propor um modelo de Auditoria Social partindo-se de duas premissas: 1) as informações sociais devidamente auditadas através de um modelo de Auditoria Social não são elaboradas em função de as empresas considerarem que a relação custo x benefício não é positiva; 2) a utilização de um modelo de Auditoria Social garante maior credibilidade às informações sociais divulgadas. Através deste modelo que se objetiva, a empresa pode oferecer uma maior credibilidade às informações sociais em seus três aspectos: meio-ambiente, recursos humanos e cidadania. É crescente a cobrança por parte da sociedade de forma a fazer com que a empresa passe a considerar não apenas os aspectos econômico-financeiros, incorporando a estes os aspectos sociais. O Balanço Social é o instrumento ou a peça contábil capaz de trazer à sociedade a forma pela qual a empresa vem se relacionando com os três aspectos da Responsabilidade Social. Existem alguns modelos de Balanço Social propostos no Brasil, sendo o do IBASE o mais difundido. É baseada neste modelo de Balanço Social do IBASE que é feita a proposta de modelo de Auditoria Social. Ressalte-se ainda a existência de um Padrão Internacional de Responsabilidade Social - SA8000 que tem por objetivo principal humanizar as relações de trabalho.

Área temática: *Controladoria da Gestão Ambiental e da Responsabilidade Social*

UM MODELO DE AUDITORIA SOCIAL

Andson Braga de Aguiar
Mestrando em Controladoria e Contabilidade
Universidade de São Paulo - USP
Rua Luciano Gualberto, 908 – Cidade Universitária – FEA 3 – CEP – 05508-900 – São
Paulo – SP – andsonbraga@yahoo.com.br - ALUNO.

Controladoria da Gestão Ambiental e da Responsabilidade Social

UM MODELO DE AUDITORIA SOCIAL

Resumo

O presente artigo tem por objetivo propor um modelo de Auditoria Social partindo-se de duas premissas: 1) as empresas não estão motivadas a elaborar suas informações sociais devidamente auditadas por não considerarem a relação custo x benefício positiva; 2) a utilização de um modelo de Auditoria Social garante maior credibilidade às informações sociais divulgadas. Através deste modelo que se objetiva, a empresa pode oferecer uma maior credibilidade às informações sociais em seus três aspectos: meio-ambiente, recursos humanos e cidadania. É crescente a cobrança por parte da sociedade de forma a fazer com que a empresa passe a considerar não apenas os aspectos econômico-financeiros, incorporando a estes os aspectos sociais. O Balanço Social é o instrumento ou a peça contábil capaz de trazer à sociedade a forma pela qual a empresa vem se relacionando com os três aspectos da Responsabilidade Social. Existem alguns modelos de Balanço Social propostos no Brasil, sendo o do IBASE o mais difundido. É baseada neste modelo de Balanço Social do IBASE que é feita a proposta de modelo de Auditoria Social. Ressalte-se ainda a existência de um Padrão Internacional de Responsabilidade Social – SA8000 que tem por objetivo principal humanizar as relações de trabalho.

Palavras-Chave: Auditoria, Responsabilidade Social e Balanço Social.

Controladoria da Gestão Ambiental e da Responsabilidade Social

UM MODELO DE AUDITORIA SOCIAL

1. Introdução

A empresa, tradicionalmente considerada sob seu aspecto econômico e financeiro, acrescentou a estes um outro enfoque relacionado com aspectos sociais decorrentes de sua atividade; tal fato é consequência de uma forte cobrança social que vem solicitar da empresa a adoção de uma postura comprometida com os aspectos sociais e de divulgação das informações referentes a esses aspectos. No Brasil, Herbert de Souza, o Betinho, foi quem divulgou tanto à sociedade, assim como às empresas, a necessidade em se assumir essa nova postura.

Ainda que os esforços, não somente de Betinho, que se mantêm através do IBASE, assim como de outros órgãos também interessados em um maior envolvimento da empresa com as questões sociais, sejam grandes, ainda são poucas as empresas que adotam essa postura, estando ainda incipiente a elaboração e divulgação das informações sociais.

Adotamos neste trabalho duas premissas: 1) as empresas não estão motivadas a elaborar suas informações sociais devidamente auditadas por não considerarem a relação custo x benefício positiva; 2) a utilização de um modelo de Auditoria Social garante maior credibilidade às informações sociais divulgadas.

No entanto, uma questão se faz necessário que seja respondida: qual modelo deve ser utilizado para realização da Auditoria Social?

O objetivo principal deste trabalho é propor um modelo de Auditoria Social da empresa que seja capaz de oferecer-lhe a possibilidade de conhecer a realidade social existente em seus três aspectos: cidadania, meio-ambiente e recursos humanos.

Para que estes objetivos sejam atingidos, será utilizado o método indireto de coleta de dados através de pesquisa bibliográfica, além de consultas em *sites* especializados.

O trabalho foi dividido em três partes: a primeira parte trata do conceito de Responsabilidade Social da empresa e de sua importância, apresentando seus três aspectos (meio ambiente, recursos humanos e cidadania); na segunda parte, será feito alguns comentários sobre o surgimento e alguns modelos existentes de Balanço Social no Brasil, além da apresentação do modelo francês; por último, na terceira parte, serão dados alguns conceitos de auditoria para, em seguida, apresentar os procedimentos de auditoria que serão utilizados na criação do modelo de Auditoria Social e uma proposta de modelo de diagnóstico da atividade social que será alcançada através, principalmente, da elaboração dos papéis de trabalho. Ao final, serão apresentadas as considerações finais que sintetizam o apresentado ao longo do trabalho.

2. A Responsabilidade Social da Empresa

O que representa uma empresa no mundo moderno? Um fator de produção de extrema importância por fazer circular riquezas? Qual sua função na sociedade? Desenvolver, social e economicamente, as áreas nas quais se instala? Oferecer empregos e produtos básicos à sociedade? Assumir função econômica relevante e indispensável em decorrência do retorno dado à sociedade, seja através de pagamento de impostos, taxas e contribuições, seja através de benefícios diversos proporcionados? Que benefícios diversos seriam esses?

Saber o que a empresa representa é de suma importância, mas, ainda mais importante, seria saber o que ela deveria representar. E o que deveria representar uma empresa na sociedade atual?

Para RICHERS (1991, p.9),

“a empresa é hoje, de longe, a instituição mais influente da sociedade industrial moderna. Apenas o Estado pode a ela ser comparado em termos de poder. Todos nós dependemos dela de alguma maneira, seja como fonte de renda e segurança de emprego, seja como fornecedor dos bens e serviços que queremos comprar para satisfazer as nossas necessidades de consumo e lazer.”

O autor completa afirmando que: “(...) também exerce uma profunda influência sobre o nosso sistema de valores, nosso estilo de vida e até a nossa personalidade”. E essas influências são as mesmas de décadas atrás? Certamente não. E o que mudou?

A empresa como organização social, congrega pessoas que se unem em busca de um bem comum, que é, alcançar a meta traçada pela alta diretoria. E em suma, a empresa tem como principal meta obter lucro capaz de satisfazer as necessidades de retorno dos acionistas que nela investiram. Percebe-se, que ao falar de empresa, termo de significado amplo, está se restringindo as que possuem fins lucrativos.

Ainda que diante da afirmação acima de RICHERS, passou-se a discutir as influências negativas produzidas pela empresa, que já não pode ser enxergada exclusivamente sob o aspecto econômico e financeiro. Assim, responde-se a pergunta anterior. Pois, devido às alterações que vem ocorrendo no ambiente externo em que funcionam, não é mais possível considerá-las apenas sob aquele aspecto. DONAIRE (1999, p.13) ressalta que a empresa adquiriu “novos papéis que devem ser desempenhados”.

GRZYBOWSKY (1998, p.9) afirma que: “ser eficiente do ponto de vista econômico é uma condição indispensável para existência de qualquer empresa, mas insuficiente para explicar sua lógica organizativa e funcional e avaliar seu papel insubstituível na sociedade moderna”.

Assim, a empresa não representa apenas um fator de produção capaz de fazer circular riqueza. GEORGE (p.258) já afirmava que: “Entre meados da década de 1960 e início da atual, reconhecemos de novo a ocorrência de mudanças na filosofia que refletem a gradual aceitação pela administração, de suas obrigações morais e sociais de sua cidadania empresarial”. São essas as funções da empresa, além da econômica e financeira, que ainda preponderam sobre as demais.

Como forma de buscar um equilíbrio entre as diversas funções da empresa surge o conceito de Responsabilidade Social, uma nova postura, onde a função econômica e financeira passa a se situar no mesmo nível da função ética e social, fazendo surgir também o conceito de desenvolvimento sustentado da sociedade. DONAIRE (1999, p.20) intensifica a idéia de que a busca de conscientização para que haja esse equilíbrio não é uma novidade, afirmando que: “essa responsabilidade social das corporações que excede a produção de bens e serviços, tem-se intensificado nas últimas décadas, notadamente a partir dos anos 60, em resposta às mudanças ocorridas nos valores de nossa sociedade”. O que vem ocorrendo nesse momento é uma maior evidência em torno dessa questão em virtude de uma maior consciência social, decorrente da valorização do ser humano e do meio no qual se encontra.

A mudança de perspectiva, que proporciona uma visão mais ampla, está ligada à afirmação de DONAIRE (1999, p.20), para quem, “o crescimento econômico não está ligado, como antigamente se apregoava, ao progresso social”. Pois, percebe-se em certos casos influências negativas exercidas sobre o meio ambiente que comprometem as futuras gerações, as péssimas condições de trabalho que comprometem a saúde do trabalhador, entre outras.

Responsabilidade Social, para CARROL apud DONAIRE (1999, p.22), “diz respeito às expectativas econômicas, legais, éticas e sociais que a sociedade espera que as empresas atendam, num determinado período de tempo”.

COHEN (2000, p.88) afirma que: “é um fenômeno mundial que as empresas venham sendo mais cobradas em seu papel de cidadã”. A sociedade tem papel fundamental nesse processo, pois pode pressioná-las através de seu poder de compra, privilegiando as que tenham o compromisso de seguir o conceito de Responsabilidade Social.

DONAIRE (1999, p.21) afirma que “a responsabilidade social (...) implica um sentido de obrigação para com a sociedade”. O autor continua afirmando que:

“Esta responsabilidade assume diversas formas, entre as quais se incluem proteção ambiental, projetos filantrópicos e educacionais, planejamento da comunidade, equidade nas oportunidades de emprego, serviços sociais em geral, de conformidade com interesse público.”

São esses os benefícios diversos que a empresa pode assumir. Assim como, a empresa deveria representar o equilíbrio dito acima que conduz ao conceito de Responsabilidade Social, que basicamente, está ligado a três aspectos: a comunidade na qual atua, através de atos de cidadania; o meio-ambiente; e, os recursos humanos empregados. Comenta-se abaixo um pouco de cada um dos aspectos.

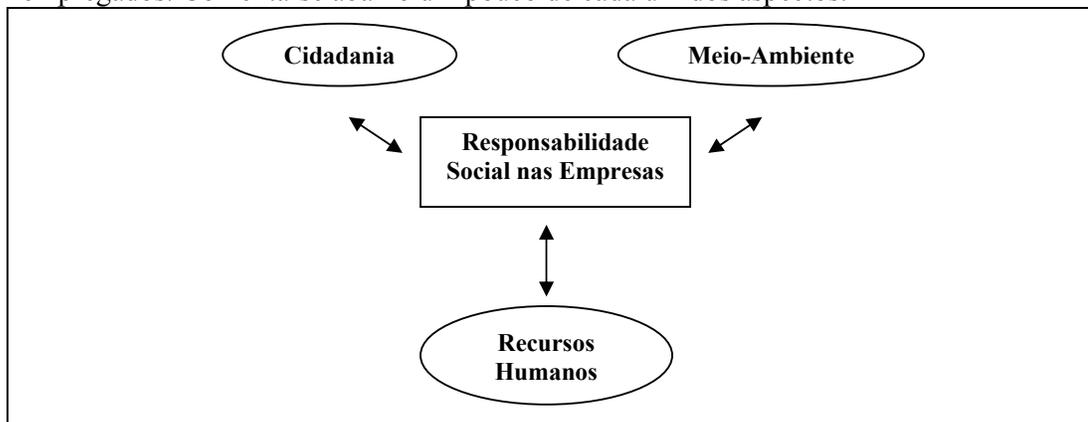


Figura 1 - Responsabilidade Social nas empresas e seus três aspectos

2.1 Cidadania

Cidadania significa ter direito à participação civil e política nas decisões tomadas pelo Estado do qual se é cidadão. A cidadania é garantida pela Constituição Federal Brasileira, em seu inciso II do artigo 1º, do Título I, “Dos Princípios Fundamentais”, que assim se expressa:

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

...

II – a cidadania.”

A empresa assume compromisso com a comunidade na qual está inserida, isto devido, como DONAIRE (1999, p.20) afirma, à “liberdade que a sociedade concede à empresa para existir”. A empresa deve honrar esse pacto através de retribuições que não se limitem ao aspecto econômico e financeiro ou através dos produtos oferecidos à comunidade. Deve existir um retorno social decorrente da busca em oferecer melhores benefícios à comunidade, tais como: educação, saúde, habitação, lazer etc. As empresas, que possuem maior influência sobre a riqueza produzida, são as mais capacitadas a oferecer melhor qualidade de vida, complementando as ações do Estado.

A idéia de que a Responsabilidade Social perante a comunidade não poderia ficar exclusivamente a cargo do Estado é defendida por BARRETO (1998, p.29), quando afirma: “outro desafio trata da discussão sobre a Responsabilidade Social das

organizações na construção da cidadania. Essa não pode ser uma responsabilidade só do governo, mas de toda a sociedade. As empresas têm um grande papel”.

Mas de que forma a empresa pode praticar atos de cidadania? Quais são esses atos que podem gerar benefícios à comunidade? Os investimentos sociais podem ocorrer principalmente em relação às necessidades básicas de qualquer comunidade.

2.2 Meio Ambiente

A Responsabilidade Social da empresa em relação ao meio ambiente vem da necessidade em se preservar os recursos naturais, em sua maioria limitados; é através do compromisso que a empresa assume junto à sociedade, que o meio ambiente passa a ser tratado não apenas como um fator de produção.

As empresas devem seguir o conceito de desenvolvimento econômico auto-sustentado para manutenção de seus negócios. Conforme CARVALHO (1991, p. 24), “o ser humano está em perfeitas condições de extrair recursos do meio ambiente desde que, ao término dessa extração, o capital natural atingido esteja como estava no início”; seria uma forma de evitar a escassez dos recursos.

Os investimentos em meio ambiente podem ser apresentados sob diversas formas, conforme apresentado na Tabela 1.

2.3 Recursos Humanos

A Responsabilidade Social da empresa também pode ser demonstrada através da importância que dá aos recursos humanos que emprega. Aqui, cabe diferenciá-la da cidadania que é relativa à comunidade, exceto os funcionários. Portanto, se é criada uma creche e esta é aberta à comunidade, trata-se de um ato de cidadania, se, no entanto, for exclusiva aos filhos de funcionários, caracteriza-se como benefício aos empregados. Além disso, torna-se importante analisar as informações evidenciadas acerca das relações de trabalho, para que se possa saber se atendem à legislação trabalhista.

São esses os três aspectos da Responsabilidade Social que todas as empresas devem considerá-los ao mesmo nível em que consideram os aspectos econômicos e financeiros. Abaixo segue Tabela 1 sobre as formas de atuação das empresas em relação à Responsabilidade Social em seus três aspectos.

Tabela 1 - Atuação Social das Empresas

Atuação Social das Empresas		
Cidadania	Meio-Ambiente	Recursos Humanos
<ul style="list-style-type: none"> • Educação - Incentivo na criação de escolas para a comunidade; - Ensinos profissionalizantes; - Reciclagem da mão-de-obra; • Saúde - Incentivo na criação de centros hospitalares; • Moradia - Financiar projetos de construção de conjuntos habitacionais; - Oferecer melhor infra-estrutura e 	<ul style="list-style-type: none"> • Reciclagem - Evitar a exposição de produtos e embalagens a absorção da natureza; • Reflorestamento - Evitar a diminuição da riqueza florestal; - Evitar o desaparecimento de espécies vegetais; • Emissão de Efluentes - Evitar que efluentes sejam absorvidos pela natureza; - Evitar a poluição de rios, lagos e mares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito às Normas Internacionais de Trabalho; • Respeito à Declaração Universal dos Direitos do Homem; • Respeito às Normas Nacionais de Trabalho; • Respeito ao trabalho da mulher, da criança e do adolescente; • Respeito às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho; • Geração de benefícios além dos obrigados por lei; • Relação de alteridade entre empregador e empregado, ou seja, de sujeito para sujeito ao invés de sujeito para objeto.

saneamento básico; • Outros - Incentivo a projetos culturais e artísticos; - Formação de creches; - Incentivo ao lazer e ao esporte.		
--	--	--

3. Balanço Social: Comentários, Evolução e Modelos

Como conseqüência da discussão do conceito de Responsabilidade Social, desenvolveu-se o de Balanço Social, um demonstrativo que tem como função evidenciar as relações que a empresa mantém com os três aspectos citados acima. Inicialmente, serão feitos alguns comentários acerca do conceito de Balanço Social e de sua evolução no Brasil e em outros países; em seguida, será apresentado o modelo francês, que enfoca basicamente as relações empregado x empregador, e as principais propostas existentes no Brasil, como o modelo IBASE e o projeto de Lei nº 3116 de autoria da então deputada estadual Marta Suplicy, juntamente com Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling.

3.1 Comentários sobre o Balanço Social

A Contabilidade, desde seus primórdios, busca atender as necessidades de informação de seus usuários. À medida que as relações econômicas foram se diversificando e tornando-se mais complexas, o nível de informações solicitadas precisou atendê-las, e para tanto, necessário se tornou que abrangesse um maior número de usuários com relatórios que possibilitassem a tomada de decisões, atendendo-se às características qualitativas da informação contábil, entre as quais, a tempestividade, compreensibilidade e relevância, destacam-se, todas, levando em conta a relação custo x benefício, de forma a evitar informações que produzam benefícios menores que os custos dispendidos em sua obtenção.

Seguindo esta linha, vê-se hoje uma cobrança social crescente em torno dos benefícios ou prejuízos causados pela empresa em seus processos produtivos, de forma a se requerer um nível de Responsabilidade Social capaz de manter um equilíbrio entre os vários elementos sociais e o ambiente natural no qual esteja inserido. Considerando-se a Contabilidade um sistema aberto, e adotando-se uma abordagem sistêmica utilizada por KROETZ (2000, p.25), para quem tal abordagem “entende que o objeto de estudo de qualquer ciência pode ser considerada um sistema aberto e a existência de um sistema implica a consecução de objetivos, reagindo sempre globalmente a qualquer estímulo produzido em qualquer parte ou unidade.”

Desta forma, é natural que a Contabilidade assimile essa tendência e busque atender a uma nova necessidade de informação, atendendo a um novo grupo de usuários interessados em conhecer as influências positivas ou negativas geradas pela empresa em sua atuação social em torno dos três aspectos da Responsabilidade Social apresentados.

Há, no entanto, um erro de colocação quando se fala em nova necessidade ou novo grupo de usuários, isto por quê, desde o início do século XX, já se cobrava um maior comprometimento da empresa em torno desses aspectos, sendo que, a partir dos anos 60, nos Estados Unidos, e na Europa, a partir da década de 70, que se acentuou essa cobrança. GONÇALVES (1980, p.49), coloca que foram dois os fatores que influenciaram no desenvolvimento do tema: “de um lado, uma preocupação constante

com os aspectos sociais envolvidos em suas decisões; de outro lado, uma considerável insegurança quanto ao papel futuro da empresa na sociedade”.

3.2 Caso Brasileiro

Em 1965, através da ADCE/UNIAPAC³ BRASIL – Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil, aprovava-se a Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresa, onde se colocou, que é devido à falta de consciência por parte das empresas, quanto as suas Responsabilidades Sociais, que existem determinadas áreas econômicas atrasadas, fazendo surgir os antagonismos de classes, além, dos desníveis econômicos. Já em 1974, a ADCE elaborou e divulgou o Decálogo do Empresário.

Ainda na década de 80, chega-se a elaborar um modelo de Balanço Social, promovido pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social – FIDES. A Nitrofértil, estatal baiana, é considerada a empresa pioneira na publicação de um Balanço Social, em 1984, tendo sido seguida pelo Sistema Telebrás, que também publicou seu demonstrativo.

Seria difícil se falar em Balanço Social no Brasil sem incluir o grande impulso dado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que em seus últimos anos de vida, levantou essa bandeira, tendo fundado, em 1981, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, organização não-governamental, que busca incentivar a elaboração e publicação desta peça contábil, e não somente, como também, cobrando um maior comprometimento por parte do empresariado nacional em termos de Responsabilidade Social.

3.3 Modelo Francês de Balanço Social

Desde 1977, na França, em virtude de pressões sociais, em especial dos movimentos estudantis, assim como, pela própria conscientização de seu empresariado, tornou-se obrigatório a publicação do Balanço Social, ou *Bilan Social*, como o denominam. Foi através da Lei nº 77.769, de julho de 1977, estabelecendo que todas as empresas com mais de 700 empregados estavam obrigadas a publicá-lo, tendo em seguida, passado a abranger todas as com mais de 300 empregados.

Para tornar mais claro o significado do Balanço Social na França, transcreve-se os conceitos de MARQUÉS apud MARTINS (1999, p.1), onde afirma que:

“Em uma muito larga medida a empresa é o seu pessoal. Fazer um balanço social, é com efeito, em um largo sentido descrever seu pessoal, a forma como este evolui, as diversas categorias que o compõe, as condições na qual trabalha, como entra e como sai da empresa, a interface enfim, deste parceiro privilegiado com os outros membros dos que nós tínhamos qualificado de coalizão de interesses.”

Percebe-se, que dentro do conceito exposto, o Balanço Social Francês, abrange exclusivamente as relações empresa x empregado, estando dividido nas seguintes partes, contendo cada qual informações sobre:

- dados relativos ao emprego;
- remuneração e encargos;
- benefícios adicionais;
- condições de higiene e segurança no trabalho;
- outras condições de emprego;
- condições de vida do empregado pago e de seus dependentes;
- relações profissionais;
- outras condições de vida e trabalho relevantes na empresa.

³ União Internacional Cristã de Dirigentes de Empresas

Diferentemente do modelo IBASE, que será visto em seguida, que trás no Balanço Social, para efeitos comparativos, os dados relativos ao exercício atual e o imediatamente anterior, no Francês, além do atual, fornece-se os dados dos dois imediatamente anteriores, possibilitando uma melhor análise da evolução.

Complementando, o Balanço Social Francês, tem por objetivo maior informar, não sendo difundido sua utilização no processo decisório.

3.4 Algumas Propostas de Balanço Social no Brasil

Dentre as propostas de Balanço Social existentes no Brasil, destacam-se:

➔ Modelo proposto pelo IBASE – características:

- Dividido em cinco partes:
 1. São fornecidas informações acerca da base de cálculo, com os valores referentes à receita líquida, lucro operacional e folha de pagamento bruta;
 2. São fornecidas informações acerca dos indicadores laboriais, especificamente sobre alimentação, educação, saúde, e outros;
 3. São fornecidas informações acerca dos indicadores sociais, apresentando-se os investimentos feitos em habitação, saúde e saneamento, além dos tributos pagos ao Governo, e ainda outros;
 4. São fornecidas informações acerca dos indicadores do corpo funcional;
 5. São fornecidas outras informações relevantes quanto ao exercício da responsabilidade social.
- É apresentado em duas colunas representativas do exercício atual em comparação com o anterior.
- ➔ Projeto de Lei nº 3.116/97 que tramitou no Congresso Nacional, de autoria das deputadas federais, Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling – características:
 - Aproxima-se do modelo do IBASE;
 - Previa que as empresas públicas e privadas com mais de 100 (cem) empregados deveriam divulgar o Balanço Social;
 - O projeto encontra-se arquivado desde 1998.
- ➔ Projeto de Lei nº 0032/99 que tramita na Câmara dos Deputados, já tendo sido aprovado pela Comissão do Trabalho (17/11/1999) e estando agora na Comissão de Finanças, de autoria do deputado Paulo Rocha que é a reapresentação do Projeto de Lei nº 3.116/97.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), também vem apoiando e incentivando a divulgação do Balanço Social, propondo a inclusão de informações sociais na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que através do projeto de reformulação da Lei das S/A, pretende que sua elaboração seja obrigatória. Seu modelo também se assemelha ao modelo do IBASE com quem se integrou. Além de iniciativas localizadas de alguns estados, como o Rio Grande do Sul e São Paulo, que buscam incentivar a elaboração deste demonstrativo, oferecendo algumas vantagens para os que o apresentam.

Não se pode esquecer um modelo já existente que, no entanto, é pouco explorado, a Relação Anual das Informações Sociais – RAIS, que desde 1975 através do Decreto 76.900, fornece informações diversas acerca dos funcionários de uma determinada empresa, além de informações que a identifiquem. Além deste, há ainda a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social – FIDES e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, ambos também atuando de forma a difundir entre as empresas a necessidade em se elaborar o Balanço Social.

4. Auditoria Social do Balanço Social

O conceito de auditoria é bastante difundido atualmente. No Brasil, a Lei 6404/76, foi responsável pelo enorme impulso dado a essa técnica contábil ao exigir que todos os demonstrativos publicados por empresas que possuem o capital dividido em ações fossem auditados por auditores independentes, estendendo-se essa exigência aos demais tipos de sociedades.

O conceito de auditoria é herança da escola anglo-saxônica, que teve grande influência nos Estados Unidos (EUA). Os investidores americanos, com a ascensão do mercado de capitais, passaram a ter interesse em obter maior credibilidade nos balanços publicados, como forma de terem maior segurança nos investimentos realizados, passando, desta forma, a exigir que os demonstrativos fossem auditados por profissionais externos à empresa.

Surgiram, como consequência, os grandes escritórios de auditoria americanos. Com a invasão das empresas multinacionais no Brasil, basicamente composta de subsidiárias americanas, as matrizes destas, exigiram que também os balanços publicados no Brasil fossem auditados, e que, os escritórios responsáveis fossem os mesmos que já auditavam os demonstrativos delas nos EUA.

Considerando-se o Balanço Social como sendo uma peça contábil, torna-se necessário, que o mesmo também seja auditado, como forma de se garantir que as ações estejam sendo efetivamente praticadas. Não sendo do interesse deste trabalho propor uma forma de elaboração de Balanço Social, até por já existirem propostas, como visto acima, pegar-se-á apenas as informações que devem está contidas nesse demonstrativo, e então, será apresentada uma proposta de Auditoria Social do Balanço Social, analisando cada um dos aspectos da Responsabilidade Social, para que se possa chegar a um diagnóstico da atividade social adotada por qualquer empresa.

Assim sendo, apresenta-se abaixo a proposta comentada acima, de um modelo de diagnóstico da atividade social da empresa que, como dito, somente é possível através de um processo de auditoria. Antes, porém, serão apresentados os procedimentos de auditoria, focalizando principalmente a fase de execução, onde são elaborados os papéis de trabalho. Ao final, será feito um breve comentário acerca do SA8000, que representa um padrão internacional de Responsabilidade Social voltado para as relações de trabalho, representando um selo de qualidade.

4.1 Procedimentos de Auditoria

Segundo COOK apud KROETZ (2000, p.90), a auditoria:

“É o estudo e avaliação sistemáticos de transações, procedimentos, operações e das demonstrações financeiras – acrescenta-se sociais e ecológicas (Balanço Social) – resultantes. Sua finalidade é determinar o grau de observância dos critérios estabelecidos e emitir um parecer (relatório de opinião e recomendações, no caso do Balanço Social) sobre o assunto”.

Seguindo este conceito, será feita uma avaliação sistemática dos procedimentos e operações da empresa com o objetivo de se chegar a um nível de Responsabilidade Social, em seus três aspectos. Como visto acima, é através da auditoria que se confere maior confiabilidade às informações divulgadas pela empresa. Para tanto, o auditor necessita colher e obter informações e elementos suficientes que lhe façam ter a convicção suficiente para que possa formar sua opinião e, assim, emitir seu relatório de opinião e recomendações.

A Responsabilidade Social de uma empresa pode ser acompanhada internamente através de auditores internos, que constantemente estarão analisando os resultados sociais obtidos, facilitando a mudança de rumos quando estes não forem convenientes.

A auditoria externa viria em um momento seguinte, analisando os resultados fornecidos pelos auditores internos e, baseado nestes, realizar seus testes. Assim, a Auditoria Social pode ser desenvolvida internamente, em um primeiro momento, e ser confirmada, totalmente ou não, através de auditores externos. O planejamento de ambas se equivalem, com a diferença descrita acima de que o auditor externo se utiliza das informações já obtidas pelo auditor interno, o que faz diminuir os testes do primeiro. O enfoque dado será em relação à auditoria interna.

Para que se inicie as fases do processo de auditoria, considerado como sendo de execução, deve-se ter conhecimento de certos aspectos da empresa, tais como: ter conhecimento das políticas de gestão; conhecer os objetivos organizacionais; o ambiente organizacional; e ainda, o ambiente externo. Desta forma, o auditor, como afirma KROETZ (2000, p.97), “na condição de avaliador, constrói uma visão global da entidade”.

Após essa fase, considerada como preliminar, parte-se para as fases de execução da auditoria, que são: planejamento, execução, avaliação de desempenho e, comunicação dos resultados.

a) Planejamento

A fase de planejamento pode ser considerada como a mais importante do processo, devendo ser descrita com o máximo de detalhes possível, onde deve haver um alto comprometimento da empresa, no sentido de colaboração, fornecendo as informações necessárias e dando acesso adequado para a realização de exames, dando liberdade para que a auditoria seja executada.

KROETZ (2000, p.98) afirma que “o planejamento é a parte mental do programa que será posteriormente executado”. Dentro dessa fase é necessária a definição dos objetivos da auditoria social, que no caso, seria o de comprovar o nível de Responsabilidade Social adotado pela empresa quanto à cidadania, meio-ambiente e recursos humanos. Cada qual, sendo inicialmente, analisado separadamente, para que ao final, os resultados dos três aspectos sejam analisados em conjunto para se chegar ao diagnóstico desejado.

O auditor deve identificar os pontos que devem ser observados, para que possa obter as informações desejadas para constatar a conformidade ou não com relação ao esperado. Deve, ainda, determinar as técnicas a serem aplicadas e estabelecer os procedimentos a serem utilizados. Ao final, o auditor, antes da implementação do plano adotado, deve realizar revisão para evitar, conforme KROETZ (2000, p.101) “possíveis desvios e/ou lacunas não identificadas até aquele momento”.

b) Execução

A fase de execução representa o processo propriamente dito de auditoria, indo desde o planejamento até a comunicação dos resultados. É durante esta fase que o auditor elabora os papéis de trabalho, onde através destes, obterá as evidências necessárias que o auxiliará a chegar aos resultados, e conhecer o grau de comprometimento da empresa com seus funcionários.

c) Avaliação de Desempenho

Para KROETZ (2000, p.102), “a avaliação examina os aspectos da eficiência e da eficácia antes, durante e após a fase de execução do processo de auditoria”. É uma forma de demonstrar a qualidade da auditoria realizada, de forma a garantir a confiabilidade dos resultados obtidos.

d) Comunicação dos Resultados

Esta última fase corresponde ao momento em que são transmitidos os resultados obtidos à administração da empresa para que os avalie, após o quê, será elaborado o relatório final.

4.2 Modelo de Diagnóstico da Atividade Social da Empresa

Conhecendo-se os procedimentos de auditoria, chega-se ao momento de avaliar o nível de Responsabilidade Social da empresa. Para o aspecto cidadania, analisar quais investimentos estão sendo efetuados nessa área comparativamente a receita líquida e resultado operacional obtidos; quanto ao meio-ambiente, analisar a relação entre benefícios e danos que estão sendo causados a natureza; para os recursos humanos, analisar se a empresa vem atendendo a legislação trabalhista, as obrigações sociais, as normas regulamentadoras e outros benefícios possíveis. Este último pode ser considerado como sendo o mais importante, pois, conforme previne GONÇALVES (organizador) (1980, p.18):

“É claro que, por melhores que tenham sido as intenções e por muito grande que tenha sido o investimento, a aceitação por parte do pessoal não se pode medir com apenas esses dois fatores. A oportunidade, a verdadeira necessidade de fazê-los, os efeitos secundários, as circunstâncias tanto internas como externas todos são fatores incidentes que podem chegar a gerar uma situação psíquica de apatia ou ainda de rejeição”.

Portanto, através da Auditoria Social poderá se chegar ao nível de comprometimento adotado pela empresa em relação aos três aspectos da Responsabilidade Social, já que, como afirma GONÇALVES (organizador) (1980, p.18), “um diagnóstico da situação deve ter a necessária autenticidade para que se possa apreciar, através dele o “clima social” da empresa”. Essa autenticidade só será possível através deste mecanismo.

4.3 Apresentação do Modelo

Conhecendo-se os procedimentos de auditoria, propõe-se um modelo de diagnóstico da atividade social da empresa. Seguindo os procedimentos considerados acima e considerando que a fase preliminar já foi realizada, deve-se agora seguir as fases do processo de auditoria, onde se dará maior importância a fase de execução, através da elaboração dos papéis de trabalho.

Considerando que na fase de planejamento os objetivos determinados para a realização da auditoria social foram:

- 1) Cidadania: analisar quais investimentos estão sendo efetuados nessa área comparativamente a receita líquida e resultado operacional obtidos. Exemplo de investimentos possíveis de serem efetuados neste aspecto: saúde, educação, creches, infra-estrutura, habitação, saneamento, entre outros. A carga tributária é um dos investimentos já realizados quanto a esse aspecto, assim, também se analisará a relação entre a receita líquida e o resultado operacional obtidos no período e cumprimento das obrigações tributárias; Meio-Ambiente: analisar a relação entre benefícios e danos que estão sendo causados a natureza, quais medidas de prevenção estão sendo realizadas, em suma, a relação entre ativo e passivo ambiental;
- 2) Recursos Humanos: conhecer o grau de cumprimento das obrigações trabalhistas, obrigações sociais, normas regulamentadoras e, avaliar a eficiência dos benefícios gerados pela empresa em favor dos recursos humanos, ou seja, o grau de satisfação dos recursos humanos. O auditor fará inspeções e vistorias para ter conhecimento do ambiente de trabalho ao qual

estão expostos os funcionários, além de examinar a documentação original de forma a constatar se a empresa vem cumprindo com suas obrigações sociais e trabalhistas, realizando conferência de cálculos, e ainda, através de questionário, conhecer o nível de satisfação dos empregados.

Tendo-se conhecimento dos objetivos da auditoria, passa-se a elaboração dos papéis de trabalho que fornecerão as evidências necessárias para que se possa chegar aos resultados que propiciaram o diagnóstico.

4.4 Elaboração dos Papéis de Trabalho

As informações necessárias para a elaboração dos papéis de trabalho podem ser retiradas dos demonstrativos financeiros, no caso da receita líquida, resultado operacional, folha de pagamento, ativo e passivo total, ativo e passivo ambiental, e as demais, do balanço social, caso a empresa publique, ou de relatórios internos de controle da empresa. No caso do exemplo utilizado para demonstrar o processo de elaboração dos papéis de trabalho, todas as informações são fictícias.

1. O primeiro papel de trabalho está relacionado às informações relativas ao aspecto cidadania e tem como objetivo analisar os investimentos realizados na área de saúde, educação, infra-estrutura, saneamento básico, habitação, cumprimento das obrigações tributárias, entre outros.

Tabela 2 – Papel de Trabalho 1

Empresa Social S/A – 31/12/200x				
Objetivo: Analisar a relação entre os benefícios relacionados ao aspecto cidadania e a receita líquida e resultado operacional da empresa				
Receita Líquida (em mil) – R\$ 450.000				
Resultado Operacional (em mil) – R\$ 50.000				
Benefícios	Executa	Valor em R\$ mil	% Rec. Líquida	% Result. Oper.
- Educação	(X)sim ()não	30	0,007	0,06
- Cultura	(X)sim ()não	220	0,049	0,44
- Saúde	(X)sim ()não	70	0,015	0,14
- Saneamento	()sim (X)não	-	-	-
- Habitação	(X)sim ()não	80	0,018	0,16
- Esporte	(X)sim ()não	15	0,003	0,03
- Lazer e diversão	(X)sim ()não	7	0,002	0,01
- Creches	()sim (X)não	-	-	-
- Alimentação	(X)sim ()não	25	0,006	0,05
- Outros	(X)sim ()não	180	0,040	0,36
- Tributos	(X)sim ()não	36.000	8,000	72,00
Total de Benefícios		36.627	8,140	73,25
Conclusão:				

2. O segundo papel de trabalho está relacionado às informações relativas ao aspecto meio-ambiente e tem como objetivo analisar a relação entre os benefícios e danos causados à natureza.

Tabela 3 – Papel de Trabalho 2

Empresa Social S/A – 31/12/200x			
Objetivo: Analisar a relação entre os benefícios e danos, prováveis e reais, causados ao meio ambiente relacionando-os ao valor total do ativo e passivo da empresa.			
Ativo Total (em mil) – R\$900.000			
Passivo Total (em mil) – R\$900.000			
	Valor em R\$ mil	%Ativo Total	%Passivo Total
Ativo Ambiental	-	-	-
• Equipamentos para:	-	-	-
- Reciclagem	5.000	0,55	-
- Aproveitamento de Resíduos	2.500	0,28	-
- Redução de Efluentes	3.200	0,35	-
- Fabricação de “Produtos Verdes”	1.800	0,20	-
- Outros	6.300	0,70	-
• Pesquisa e Desenvolvimento	8.700	0,97	-
Total do Ativo Ambiental	27.500	3,05	-
Passivo Ambiental	-	-	-
- Multas e Indenizações	10.500	-	1,17
- Provisões para perdas	7.200	-	0,80
- Passivo Contingente	6.800	-	0,75
Total do Passivo Ambiental	24.500	-	2,72
Relação Ativo Ambiental/Passivo Ambiental	27.500/24.500 = 1,12	-	-
Conclusão:			

3. O terceiro papel de trabalho está relacionado às informações relativas ao aspecto recursos humanos e tem como objetivo analisar se a empresa vem atendendo as diversas obrigações trabalhistas e normas regulamentadoras relativas à sua atividade, e, principalmente, avaliar o nível de satisfação dos empregados na empresa.

Tabela 4 – Papel de Trabalho 3

Empresa Social S/A31/12/200X				
Objetivo: Verificar se a empresa atende às obrigações trabalhistas e sociais impostas pela legislação, assim como, às Normas Regulamentadoras relacionadas à sua atividade, além de, analisar o nível de satisfação dos recursos humanos diante dos benefícios recebidos				
Receita Líquida (em mil) – R\$ 450.000				
Valor da Folha de Pagamento (em mil) – R\$ 65.000				
Número de funcionários: Total – 521 Homens - 317 Mulheres – 204				
• Obrigações Trabalhistas	(X) Atende	() Não Atende	() em parte	Obs.: A empresa cumpre integralmente com as obrigações trabalhistas.
• Obrigações Sociais	() Atende	() Não Atende	(X) em parte	Obs.: A empresa cumpre com 87% das obrigações sociais, já que não vem recolhendo o Cofins.
• Normas Regulamentadoras	() Atende	() Não Atende	(X) em parte	Obs.: A empresa cumpre com 77% das NR's, já que não atende a NR-15 (atividades e operações insalubres), NR-16 (atividades e operações perigosas) e NR-26 (sinalização de segurança).

• Nível de satisfação dos empregados					
Benefícios:	Satisfaz	Valor R\$ - em mil	%Folha de Pagamento	%Rec. Líquida	Valor/Quant. Empregados
- Alimentação	(X)sim ()não	12.000	18,46	2,67	23,02
- Encargos Sociais Compulsórios	()sim (X)não	2.100	3,23	0,47	4,03
- Previdência Privada	(X)sim ()não	7.800	12,00	1,73	14,97
- Saúde	(X)sim ()não	6.500	10,00	1,44	12,48
- Segurança e Medicina do Trabalho	()sim (X)não	200	0,31	0,04	0,38
- Educação	()sim (X)não	3.700	5,69	0,82	7,10
- Cultura	()sim (X)não	500	0,77	0,11	0,96
- Capacitação e Desenv. Profissional	(X)sim ()não	22.000	33,85	4,89	42,23
- Creches ou Auxílio Creche	(X)sim ()não	6.000	9,23	1,33	11,52
- Participação nos Lucros ou Resultados	(X)sim ()não	35.000	53,85	7,78	67,18
- Outros	()sim ()não	200	0,31	0,04	0,38
Total de Benefícios		96.000	147,69	21,33	184,26
Conclusão:					

Concluindo-se a fase de execução, com o levantamento das informações através dos papéis de trabalho, segue-se para a fase de avaliação de desempenho, onde se avalia a eficiência e eficácia do trabalho de auditoria executado. Por fim, é realizada a comunicação dos resultados à administração, que os analisará, para que se possa elaborar o relatório final contendo o diagnóstico conforme as informações obtidas, permitindo demonstrar o nível de Responsabilidade Social da empresa com os três aspectos relacionados, cidadania, meio-ambiente e recursos humanos.

Ainda sobre a avaliação das informações obtidas através dos papéis de trabalho, deve se atribuir parâmetros, de acordo com cada ramo de atividade, para que seja possível elaborar comparações e, através destas, estabelecer o nível ideal para que a empresa possa ser considerada como envolvida ou não com a Responsabilidade Social.

O IBASE, anualmente, faz um levantamento dos balanços sociais publicados, conforme o modelo por ele proposto, e concede àquelas empresas de melhor desempenho social o Selo “Balanço Social IBASE/Betinho”, que poderá ser utilizado por elas em relatórios, documentos, site etc.

4.5 Padrão Internacional de Responsabilidade Social – SA8000

As grandes empresas existentes nos principais países já perceberam a necessidade de normatizar seus processos em busca de uma melhor qualidade na produção de bens de consumo ou na prestação de serviços. Através da ISO série 9000 foi possível atingir esse objetivo, onde qualquer empresa possuidora de um selo desta série é considerada como sendo de qualidade quanto aos produtos e serviços oferecidos.

O que essas mesmas empresas estão percebendo, é que não é suficiente que seus produtos e serviços tenham qualidade, já que a sociedade passa a requerer que a empresa assuma um nível de comprometimento com o meio ambiente, os recursos humanos e a comunidade de uma forma geral.

No que diz respeito à Responsabilidade Social relativa aos recursos humanos, já existe um padrão internacional. O *Social Accountability 8000*, elaborado pelo *Council on Economic Priorities Accreditation Agency*, CEPAA, em 1997. Para Simon Franco (2000, p.180), “essa norma, mais do que atestar a qualidade dos produtos, serviços ou procedimentos técnicos, demonstra a qualidade ética das relações humanas”. Pode-se dizer que seu grande objetivo é o de humanizar as relações de trabalho.

O SA8000 é dividido em quatro partes:

1. Propósito e Extensão;
2. Elementos Normativos e sua Interpretação;
3. Definições;
4. Requisitos para Responsabilidade Social.

Nessa última parte são apresentados os requisitos que a empresa deve atender para obter o certificado. Simon Franco (2000, p.180), de forma resumida, apresenta quais são esses requisitos:

- Não empregar trabalho infantil e não admitir fornecedores que o empreguem;
- Não empregar nenhum tipo de trabalho forçado nem admitir fornecedores que o empreguem;
- Garantir igualdade de salários para homens e mulheres em mesmas posições;
- Acabar com qualquer discriminação de raça, sexo, religião, orientação política ou opção sexual nas contratações, promoções, acesso a treinamentos etc.;
- Respeitar integralmente o direito de sindicalização e associação dos empregados e o direito à negociação coletiva;
- Garantir a segurança e saúde dos trabalhadores, com mecanismos de acompanhamento e treinamentos regulares;
- Impedir qualquer tipo de violência ou pressão (física, psicológica, verbal) sobre os trabalhadores.

No Brasil, a primeira empresa a obter o certificado SA8000 foi a De Nadai Alimentação; o que demonstra que ainda há muito a se amadurecer quanto à percepção da importância que a empresa deve dar a Responsabilidade Social, não somente dos recursos humanos, mas, como também, aos dois outros aspectos: cidadania e meio-ambiente. Atualmente, além da De Nadai Alimentação, outras quatro empresas brasileiras possuem o certificado SA8000, que são: Indústrias Santa Elisa, COSMOTEC Especialidades Cosméticas, CESG – Centro de Excelência para Sistemas de Gestão e ALCOA Alumínio.

Deve-se ressaltar ainda que, quanto ao aspecto relacionado ao meio-ambiente, existe a série ISO14000, que é um certificado destinado às empresas que mantêm uma política ambiental de preservação do ambiente natural no qual atuam.

Considerando o modelo de diagnóstico apresentado, a empresa ao realizá-lo, estará dando passo importante, caso tenha interesse em obter estes certificados, já que poderá identificar as áreas que precisam ser melhoradas, e assim fazendo, adequar-se aos requisitos do SA8000 e ISO14000, além do Selo “Balanço Social IBASE/Betinho”.

5 Considerações Finais

A Auditoria Social é, portanto, uma importante ferramenta que permite que se avalie o nível de Responsabilidade Social assumido pela empresa, pois que, tal como ocorre em relação às informações econômico-financeiras, confere às informações sociais maior credibilidade e transparência, no que se refere ao ambiente externo.

Ainda que esta vantagem também seja válida para o ambiente interno, mais importante é que, através da Auditoria Social, pode-se identificar a necessidade de mudanças que permitam que a empresa se adeque às necessidades e exigências da sociedade quanto aos três aspectos da Responsabilidade Social (cidadania, recursos humanos e meio ambiente).

Além destas vantagens, outras podem existir com a implementação de um processo de Auditoria Social sistematizada, entre as quais, citam-se:

- Permite adequação contínua às obrigações trabalhistas e sociais, evitando assim, contingências trabalhistas;
- Permite a adoção de uma política ambiental que facilite o acesso a certificação ISO 14000;
- Cria uma relação de empatia entre a empresa e a sociedade;
- Torna-se uma importante ferramenta de Marketing;
- A empresa passa a assegurar um padrão mínimo de condições de trabalho, criando um maior contentamento por parte dos recursos humanos, o que pode acarretar uma maior produtividade e um ambiente de trabalho mais favorável a discussões que tragam benefícios para ambos;
- Há transparência tanto para os empregados como para a sociedade;
- Maior facilidade em conseguir financiamentos, em virtude de sua transparência;
- Permite que a empresa possa com mais facilidade se inserir no mercado internacional;
- etc.

Como desvantagem principal, está a que se refere ao custo envolvido para que a empresa possa implementar o processo de Auditoria Social, incluindo um trabalho de conscientização em todo o seu corpo de funcionários, sendo esse custo mais elevado principalmente no primeiro momento, visto que os benefícios tendem a surgir a médio e longo prazos.

Assim, considerando-se as duas premissas adotadas, que são: 1) as empresas não estão motivadas a elaborar suas informações sociais devidamente auditadas por não considerarem a relação custo x benefício positiva e 2) a utilização de um modelo de Auditoria Social garante maior credibilidade às informações sociais divulgadas; percebe-se que, ainda que no início os custos superem os benefícios, a tendência a médio e longo prazos é que tal situação se reverta, de forma, aos benefícios futuros compensarem os investimentos iniciais através das vantagens expostas acima, o que faz com que não se justifique, pelo argumento exposto na primeira premissa, a não adoção do processo de Auditoria Social; quanto a segunda premissa, dada a importância da credibilidade que as informações, de uma forma geral, devem possuir, percebe-se a relevância da implantação de um modelo de Auditoria Social.

Assim, de fato, torna-se importante que as empresas mudem a concepção estritamente econômica e financeira que ainda predomina e se atentem para as mudanças que vêm ocorrendo no ambiente externo, adotando uma postura mais comprometida com as questões sociais, sendo o Modelo de Auditoria Social proposto, uma alternativa para esta adequação a esse novo ambiente ao efetuar um diagnóstico social da empresa. No Brasil, poucas empresas perceberam essa nova realidade, e estas, vêm ganhando destaque em meio à sociedade e abrindo vantagem em relação às demais. Não se pode negar também que ano a ano o número de empresas que publicam o balanço social vem aumentando consideravelmente o que permite prever que em um futuro próximo o nível de Responsabilidade Social das empresas brasileiras será bastante significativo.

6 Bibliografia

- RICHARDS, Raimar. O que é Empresa. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos, 181).
- DONAIRE, Denis. Gestão Ambiental na Empresa. 4º. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- TORRES, Ciro. Um Pouco da História do Balanço Social. <http://www.balanço-social.org.br/historico.html>.
- CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Ecologia e Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Ano XX, n.º 75, Abr./Jun. 1991.
- GRZYBOWSKY, Cândido (Organizador). Seminário Balanço Social: Cidadania e Transparência Pública das Empresas. Rio de Janeiro: 1998.
- Nova Constituição Brasileira. Gráfica JB.
- COHEN, David. A Lei do Mais Fraco – A nova ordem na relação com a sociedade e como meio ambiente. Exame – A empresa do novo milênio. Parte integrante da ed. 701.
- KROETZ, César E.S. Balanço Social: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- GONÇALVES, E. Lima (Organizador). Balanço Social da Empresa na América Latina. São Paulo: Livraria Pioneira, 1980.
- MARTINS, Vinícius. Contabilidade Social – da origem a prática atual. “Temática Contábil e Balanços” – IOB. 3º semana de março/99. N.º 11.
- FRANCO, Simon. A Vez do Social. Revista Exame. Ed. 724, ano 34, nº 20, Out./2000.